

ARTIGOS

“PETRÓPOLIS VAI ‘AGACHAR-SE’”: A PASSAGEM DE ALFRED AGACHE POR PETRÓPOLIS (RJ) DURANTE O ESTADO NOVO NO BRASIL (1937-1945)

André Barcelos Damasceno Daibert*

*Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Turismo, Juiz de Fora, MG, Brasil

Resumo

O presente artigo pretende elucidar a pouco estudada passagem do urbanista Alfred Agache pelo interior fluminense no início da década de 1940, com especial destaque para seus trabalhos em Petrópolis (RJ). Além disso, espera-se propiciar a compreensão de como o tema Turismo aparece nas proposições de Agache no período. Para tanto, examinaram-se os discursos proferidos pelo urbanista francês sobre o tema com base nas proposições que ele e sua equipe, formada também por outros urbanistas, como Abelardo Coimbra Bueno, elaboraram para a urbanização da cidade mencionada. Tal levantamento foi realizado por meio de pesquisa documental em fontes produzidas no período delimitado (1937-1945). Por fim, realizou-se uma análise das ideias propostas pelos urbanistas, confrontando-as com as intervenções que se concretizaram anos depois, em que sobressai a atividade turística como determinante na cidade nos anos posteriores.

Palavras-chave

Planejamento Urbano; História da Cidade; Urbanização; Turismo; Alfred Agache; Petrópolis; Estado Novo.

ARTICLES

THE WORKS OF ALFRED AGACHE IN PETRÓPOLIS (RIO DE JANEIRO, BRAZIL) DURING THE ESTADO NOVO [NEW STATE] IN BRAZIL (1937-1945)

André Barcelos Damasceno Daibert*

*Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Turismo, Juiz de Fora, MG, Brazil

Abstract

This article seeks to shed light on the underexplored visit of the French urban planner Alfred Agache to the interior of the state of Rio de Janeiro in the early 1940s, with particular emphasis on his work in Petrópolis. It further aims to advance an understanding of how tourism emerged as a central theme in Agache's proposals during this period. To achieve this objective, the study examines talks he gave on the subject, based on the proposals that he and his team—including figures such as Abelardo Coimbra Bueno—developed for the urbanization of the city of Petrópolis. The research was grounded on documentary sources produced between 1937 and 1945. Lastly, the study analyzes the ideas proposed by the urban planners, comparing them with the interventions actually implemented over the following years, when tourism came to play a decisive role in shaping the city.

Keywords

Urban Planning; History of the City; Urbanization; Tourism; Alfred Agache; Petrópolis; New State.

“PETRÓPOLIS VAI ‘AGACHAR-SE’” : A PASSAGEM DE ALFRED AGACHE POR PETRÓPOLIS (RJ) DURANTE O ESTADO NOVO NO BRASIL (1937-1945)¹

André Barcelos Damasceno Daibert

1. Introdução

Alfred Hubert Donat Agache² fora autor, assim como consultor ou colaborador de vários planos e projetos de urbanização em diferentes países. Na França, ele foi responsável por planos em cidades como Paris, Dunquerque, Tours, Dieppe, Orléans e Reims. Também elaborou planos para Camberra (Austrália), Guayaquil (Equador), Lisboa e região da Costa do Sol (Portugal), Casablanca (Marrocos), Istambul e Ancara (Turquia). Professor titular no Collège libre des sciences sociales, em Paris, foi o fundador e secretário-geral da Sociedade Francesa de Urbanistas (SFU).

1. Expressão extraída do artigo “Petrópolis e o Plano Agache”. *Revista Pequena Ilustração*, Petrópolis, ano XI, n. 547, p. 5, 8 mar. 1942.

2. A breve biografia de Agache aqui apresentada se baseou na compilação de informações disponíveis em diferentes fontes, como Bertoni (2024); Marat-Mendes, André e Rodrigues (2012); Azevedo e Costa (2013); Silva (1996); e Coimbra Bueno (1941b), além de outros dados complementares contidos no verbete “AGACHE, Alfred Hubert Donat” da seção “autores” do site mantido pela Rede de Pesquisa Urbanismo-br. BERTONI, A. L'Étude des trajectoires professionnelles, une contribution à l'histoire de l'urbanisme. Le cas d'Étienne de Groër (1882-1952). *Mélanges de la Casa de Velázquez [en ligne]*, Madrid, 54-1, 2024. MARAT-MENDES, T.; ANDRÉ, P.; RODRIGUES, P. S. Alfred-Donat Agache urban proposal for Costa do Sol. From the territory to the city. In: INTERNATIONAL PLANNING HISTORY SOCIETY CONFERENCE, 15., 2012. *Proceedings* [...], São Paulo: IPHS, 2012. Tema: Cities, nations and region sinplanning history. SILVA, L. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (org.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 397-410. AGACHE, Alfred Hubert Donat. In: URBANISMOBR. Disponível em: <https://urbanismobr.com.br/banco-documental/?string=agache&table=todos&type=todas&Submit=>. Acesso em: 4 jul. 2024.

No Brasil, notabilizou-se por coordenar a elaboração de um plano urbanístico para a então capital federal Rio de Janeiro, que ficou conhecido como “Plano Agache” (Agache, 1927). Mas, outro aspecto pouco conhecido da biografia do urbanista é o retorno dele ao país no final da década de 1930; ele estabeleceu residência na cidade do Rio de Janeiro, onde ficou até 1959, o ano de sua morte. Apesar de existirem conhecidos trabalhos de Agache no período, como o plano de urbanização de Curitiba (Molina, 2020; Rego; Ribeiro; Taub, 2015; Carmo, 2012) e diferentes projetos para cidades brasileiras como São Paulo, Vitória, Porto Alegre e Recife (Azevedo; Costa, 2013), ainda existem muitas lacunas sobre a trajetória dele no Brasil, principalmente após a década de 1940, como os trabalhos realizados no estado do Rio de Janeiro no início daquela década.

O presente artigo pretende, portanto, elucidar a pouco estudada passagem de Alfred Agache pelo interior fluminense no início da década de 1940, com especial destaque para os trabalhos executados em Petrópolis. Além disso, por meio deste trabalho espera-se compreender como o tema Turismo aparece nas proposições do urbanista francês no período. Para isso, foram examinados os discursos que proferiu sobre o tema, assim como as proposições elaboradas por ele e sua equipe no tocante à urbanização da cidade de Petrópolis. Por fim, foi realizada uma análise das possíveis intervenções propostas por Agache que foram empreendidas na cidade através dos tempos.

A metodologia utilizada tem caráter descritivo e analítico. Tal levantamento foi efetuado mediante pesquisa documental em fontes produzidas no período delimitado (1937-1945), sobretudo as proposições presentes em requerimentos protocolados junto à Prefeitura de Petrópolis, periódicos de variedades (jornais de grande circulação), legislações e atos públicos sobre o assunto, além de imagens e outras publicações avulsas. Em investigação realizada em arquivos, bibliotecas públicas e centros de pesquisas especializados, foi encontrada uma infinidade de documentos, catálogos, fotografias, imagens, reportagens e croquis que sugerem a confecção de um plano de urbanização para Petrópolis. No entanto, o mesmo não pode ser dito a respeito do documento final que sistematizaria o plano e confirmaria sua existência formal. Com isso, as fontes que apresentam mais explicitamente essas proposições são as entrevistas concedidas pelos urbanistas nos periódicos de grande circulação da época. Essa fonte terá amplo destaque na análise, em conjunto com os requerimentos protocolados junto à Prefeitura de Petrópolis mencionados anteriormente.

Apesar disso, é possível afirmar que principalmente entre os anos de 1941 e 1942 foi elaborado e publicizado um conjunto consolidado de diretrizes para a urbanização de Petrópolis que, em parte considerável, se viabilizou em intervenções

nas décadas seguintes. A investigação será sistematizada em três partes: (i) apresentação cronológica dos eventos e respectivos documentos; (ii) apresentação e análise das propostas elaboradas; (iii) apresentação e análise das intervenções que se concretizaram anos depois, confrontando com as proposições apresentadas.

2. A institucionalização do planejamento urbano e regional a partir da década de 1930

O período posterior ao ano de 1930 caracteriza-se pela intervenção estatal em diversos setores da economia e na vida social que evoluirá de forma gradativa até se consolidar com a deflagração do Estado Novo. Sobre o cenário desencadeado a partir da Revolução de 1930, Ianni (2009) mostra que, independentemente de seu sentido original, ela criou instituições, valores e padrões sociais burgueses tendo como elementos centrais o intervencionismo estatal sobre a economia e a regulação das relações de trabalho. Ocorreram expressivo crescimento industrial e a consolidação tanto de uma burguesia como de um proletariado urbanos, culminando no desenvolvimento de um capitalismo mais avançado no Brasil. Esse período também foi marcado pela transformação das cidades decorrente do acelerado processo de urbanização, que se deveu a fatores socioeconômicos – como a já mencionada industrialização, a melhoria das condições de vida e a consequente migração do campo para as cidades – e ao papel interventor do Estado por meio das políticas públicas e da reorganização da administração segundo uma perspectiva racional.

É nesse cenário que serão dados os primeiros passos para a institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano como políticas de Estado, concretizados na forma de leis, planos, comissões e de todo um aparato burocrático voltado a esse fim. Vale lembrar que o período em estudo também é marcado pela ascensão do urbanismo como campo profissional e acadêmico, com destaque para alguns eventos relevantes, como a proposição feita por Lúcio Costa – em sua breve passagem pela direção da Escola Nacional de Belas Artes (Enba) entre os anos de 1930 e 1931 – de criar nessa instituição as cadeiras de Urbanismo e Paisagismo (Cordeiro, 2012), a instituição do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) e a regulamentação de ambas as profissões em 1934, além de uma série de instituições, entidades de classe, eventos e publicações especializadas que vão se consolidar naquele momento. Enfim, importantes urbanistas – e os respectivos escritórios especializados na elaboração de planos – sobressaem como sujeitos fundamentais tanto nas práticas como nos debates em torno do urbanismo e do planejamento urbano no país. São os casos de Atílio Correia Lima, os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, Saboia Ribeiro, Nestor de Figueiredo, José de Oliveira Reis, Saturnino de Brito Filho, Armando de Godoy e Francisco Baptista de Oliveira.

3. Alfred Agache em Petrópolis no início dos anos 1940

Em janeiro de 1941, diferentes jornais noticiaram que o então prefeito de Petrópolis Mário Aloísio Cardoso de Miranda havia convidado o urbanista francês Alfred Agache para elaborar um plano de urbanização para o município. Apesar de os jornais darem maior destaque à figura de Agache, vale ressaltar que o urbanista francês atuava no Brasil como consultor técnico junto ao escritório de engenharia Coimbra Bueno & Cia. Ltda., de propriedade dos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno. Este último, inclusive, era quem acompanhava Agache nos trabalhos, negociações, entrevistas e conferências. Percebe-se que o convite do prefeito Cardoso de Miranda foi extensivo ao Escritório Coimbra Bueno, o mesmo que fora contratado pelo governo estadual para elaborar planos para diversas cidades fluminenses nesse mesmo período (Azevedo, 2012). Cabe salientar que, poucos meses antes, Cardoso de Miranda fora secretário de Interior e Justiça do governo do estado. O jornal *Correio da Manhã*³ trouxe a seguinte notícia:

Petrópolis, 23 (A. N.) – O professor Agache, técnico francês em urbanismo, que foi convidado pelo prefeito Cardoso de Miranda, para elaborar o plano de urbanização local, esteve, com esse fim, nesta cidade, tendo percorrido demoradamente os seus pontos principais, em companhia do seu colaborador, engenheiro Guilherme Eppinghauss⁴. Falando à imprensa daqui, aquele urbanista declarou que, em toda sua carreira não havia encontrado uma só cidade com tão valiosas possibilidades para um trabalho perfeito de remodelação e urbanismo. Disse ainda que Petrópolis era para si, nesse terreno, a única até hoje, e, por isso, após ser urbanizada e remodelada, poderia se colocar entre as mais belas cidades do Brasil, quiçá do mundo. (Urbanização [...], 1941, p. 5)

O jornal *O Globo*, ao noticiar tal evento, acrescentaria ainda:

O professor Agache, depois de ter percorrido a cidade em companhia do Sr. Eppinghauss, diretor de Engenharia da Prefeitura, exprimiu uma impressão geral favorável do que pode observar e solicitou que lhe fossem fornecidas plantas da cidade e documentos descritivos da fundação de Petrópolis e sua evolução para servirem de base no tocante às tradições locais. O urbanista francês interessou-se particularmente em conhecer os vales e outros detalhes topográficos com o objetivo de orientar-se acerca da questão das entradas da cidade; uma do Rio e outra do interior, e quanto aos problemas de

3. Em todos os documentos reproduzidos neste artigo foram mantidas a pontuação e a grafia originais.

4. Na época referida, o engenheiro Guilherme Pedro Eppinghauss era diretor do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Petrópolis, nomeado pelo Ato n. 30, de 2 de abril de 1940.

circulação. Depois de ter em mãos os dados solicitados, o professor Agache subirá novamente afim de aqui passar alguns dias em atividade. [...] [Agache:] “[...] a cidade oferece problemas importantes a resolver, antes de mais nada, e são eles os criados pela sua topografia toda especial.” O prof. Agache veio em companhia do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, um de seus colaboradores. (Remodelação [...], 1941, p. 2.)

É provável que essa visita de Alfred Agache a Petrópolis tenha sido resultado das primeiras tratativas e entendimentos entre o governo local e a equipe responsável pelo futuro plano, assim como da realização de diagnósticos iniciais, pois no dia 20 de fevereiro – menos de um mês após a publicação das notícias destacadas – foi protocolado um requerimento na Prefeitura intitulado “Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda”. (Coimbra Bueno Ltda., 1941b) Trata-se de um anteprojeto redigido pelo Escritório Coimbra Bueno e Cia. Ltda. voltado à preparação de um Plano de Urbanização para Petrópolis. O documento apresenta em sua primeira parte um memorial descritivo da equipe envolvida, com os trabalhos realizados tanto pelo escritório como por seu consultor Alfred Agache. Esse documento mostra, inclusive, que Agache era consultor da referida firma e não o contrário, como sugeria a notícia do jornal *Diário de Notícias* (Urbanização [...], 1941, p. 4), que tratou Abelardo Coimbra Bueno como um dos “colaboradores” de Agache.

Na sua segunda parte, o documento traz uma proposta para elaborar o plano de urbanização para a cidade. Ali já se adiantavam alguns diagnósticos preliminares, as linhas mestras para seu desenvolvimento, a especificação dos serviços a serem realizados pelo escritório, os dados que deveriam ser fornecidos pela Prefeitura e o orçamento dos serviços. Além disso, há uma carta assinada por Agache solicitando ao prefeito Cardoso de Miranda uma série de dados e documentos sobre o município, a fim de subsidiar a elaboração do plano. Um despacho anexoado ao próprio requerimento mostra que a gestão local negou preliminarmente a proposta apresentada por dois motivos: (i) o valor proposto para a elaboração do plano, 965:000\$000 (novecentos e sessenta e cinco contos de réis), estava acima da disponibilidade orçamentária do município; (ii) para pagar o valor orçado, que estava acima do limite legal exigido para dispensa de concorrência, seria necessária a abertura de um processo de licitação pública. O despacho mencionado traz a seguinte redação:

[...] o Decreto-Lei Estadual nº 10, de 12 de Setembro de 1939, estabeleceu que todas as obras e serviços públicos municipais cujos valores

excedam de 100 contos, para as Prefeituras de receita orçamentária superior a 800 contos, só poderão ser objeto de contrato de concessão mediante concorrência pública que terá lugar no edifício do Departamento de Municipalidades em Niterói. (Coimbra Bueno Ltda., 1941b)

Em 12 de setembro, o Escritório Coimbra Bueno realiza uma contraproposta. Em linhas gerais, propõe que tanto a elaboração do plano de urbanização e das obras esboçadas como as desapropriações previstas sejam financiadas pelo próprio escritório. Esse financiamento seria coberto pela valorização dos terrenos após a realização das melhorias previstas no plano. A contraproposta apresenta o seguinte texto:

1º: A Prefeitura promoverá a desapropriação dos terrenos a serem entregues à firma, a fim de serem retalhados, beneficiados, e vendidos por ela, para cobertura das despesas; 2º: A firma promoverá o financiamento: a) da elaboração do plano, b) das desapropriações, c) da execução das obras; 3º: A firma fará por sua conta, os estudos necessários incluindo o anteprojeto do plano de urbanização da cidade, compreendendo as linhas mestras do plano, com a localização das áreas a serem desapropriadas, etc. [...]. Planos assim ideados, já tem sido praticados no estrangeiro (como, por exemplo, em Paris, para a execução do Boulevard Haussmann), articulando-se as iniciativas privadas com os poderes públicos na execução dos benefícios de utilidade coletiva. No Brasil entretanto, tais iniciativas são ainda novidades. A nossa legislação só nos últimos anos vem sendo orientada para este *desideratum*, estando já definida, nas suas linhas mestras, mas faltando, ainda, uma rotina administrativa, já fixada, que possa servir de norma a todos os processos e atos administrativos necessários, circunstâncias essas que irão certamente dificultar o trabalho de V. Excia. nessa tarefa. (Coimbra Bueno, 1941a)

Ainda em dezembro de 1941, o prefeito Cardoso de Miranda baixa a Portaria nº 150 (Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1941) recomendando que os processos relativos à construção de edificações de maior porte fossem encaminhados ao exame dos organizadores do plano de urbanização antes de serem apreciados pelos setores técnicos da Prefeitura. Esse é o primeiro ato municipal que atribui responsabilidades ao Escritório Coimbra Bueno. Em janeiro de 1942, essa firma protocola uma minuta de contrato junto à Prefeitura de Petrópolis (Coimbra Bueno Ltda., 1942), em que detalha como seriam a elaboração do plano e a constituição de uma empresa concessionária para administrar os terrenos desapropriados e especifica como se concretizariam o financiamento das obras e as contrapartidas oferecidas pelo poder público. O requerimento tramita nos setores técnicos da Prefeitura e

do Departamento de Municipalidades do Governo do Estado, o que evidencia que, pelo menos até o final de abril de 1942, as partes envolvidas ainda não tinham firmado um contrato formal, a despeito de o escritório já estar trabalhando efetivamente na preparação do plano.

Nesse meio-tempo, no dia 28 de fevereiro de 1942, Alfred Agache proferiu uma conferência intitulada “Petrópolis: Cidade de Verão” (Agache, 1942) no Salão Nobre do Paço Municipal. Acompanhado pelo engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, o urbanista teria apresentado um esboço geral do Plano de Urbanização que estava sendo elaborado para a cidade. Esse evento foi amplamente noticiado pela imprensa local e da capital federal⁵. Quatro dias depois, o jornal *A Noite* entrevistou Agache na sede do Escritório Coimbra Bueno na cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, ele detalhou sua fala durante a conferência, ou seja, as propostas para o plano de urbanização de Petrópolis. Essa entrevista é um dos principais documentos localizados sobre o referido plano, pois expõe a concretude das propostas (A fisionomia [...], 1942, p. 1-2).

Na mesma edição, o jornal noticiou a visita de Agache ao escritório responsável pelo plano de urbanização para o bairro Quitandinha⁶. Na ocasião, o urbanista mencionou que o plano do complexo Quitandinha “se conjuga admiravelmente com o plano de urbanismo que estou projetando para Petrópolis” (Conjuga-se [...] 1942, p. 4).

Após a conferência mencionada, tanto a imprensa local como a do Distrito Federal foram unânimes nos elogios. Quando a crítica aparecia, era direcionada aos que não cumpriam os traçados estabelecidos por Agache, como no caso do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, que foi arquivado num primeiro momento. A coluna da revista *Pequena Ilustração* é emblemática nessa linha:

Petrópolis vai “agachar-se”, quero dizer, vai ser remodelada em sua fisionomia pelo famoso urbanista francês professor Alfredo Agache, o mesmo que no Rio e outras cidades realizou coisas do arco da velha. Vão desaparecer as ruas tortuosas e mal calçadas; os parques e jardins traçados sem o menor sentido de arte e estética e os prédios

5. Alguns dos meios de comunicação que noticiaram a conferência: PETRÓPOLIS cidade de verão. *Jornal de Petrópolis*. Petrópolis, p. 1, 1º mar. 1942; A CONFERÊNCIA do professor Alfredo Agache. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, [s. p.], 1º mar. 1942; A CONFERÊNCIA ilustrada do professor Agache. *Pequena Ilustração*, p. 2, 8 mar. 1942.

6. Apesar de a notícia não mencionar, é possível que o escritório visitado tenha sido o do engenheiro Saboia Ribeiro, pois o plano de urbanização do novo bairro Quitandinha foi assinado por esse escritório (Saturnino de Brito, 1942). SATURNINO DE BRITO, F. *Saneamento de Quitandinha*: Relatório dos projetos elaborados para os serviços de abastecimento de água e esgotos do novo bairro Quitandinha. Petrópolis: Escritório Saturnino de Brito, 1942.

do centro da “urbs” obedecerão a um estilo uniforme. Surgirão assim esplendidas avenidas e belos jardins; o que já é bonito mais belo ficará. (Petrópolis e o Plano Agache [...] 1942a, p. 5)

Apesar da imprecisão quanto à contratação ou não do escritório, e da incerteza sobre de fato ter existido um documento final que sistematizasse tal plano, algumas imagens foram localizadas em diferentes meios. Uma delas, intitulada “Praça D. Pedro II – Estudo” (Figura 1), assinada pelo Escritório Coimbra Bueno e amplamente reproduzida por diversos meios de comunicação durante o ano de 1942, sugere uma proposta abrangente de remodelação viária, paisagística, arquitetônica e urbanística da região da praça central da cidade, ainda hoje denominada Praça D. Pedro II.

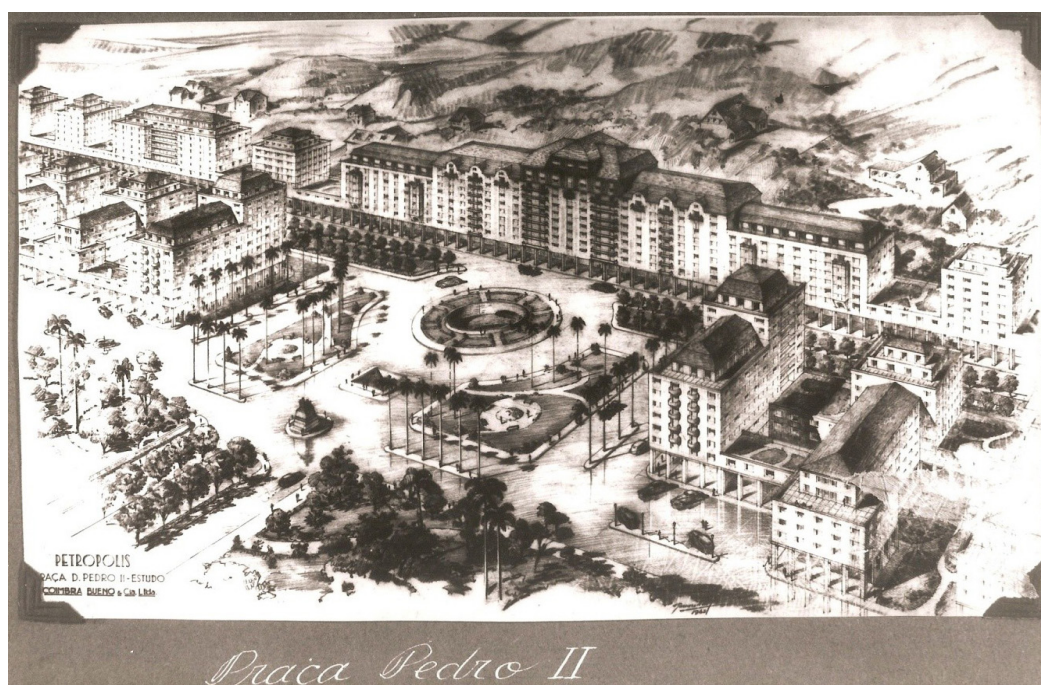


Figura 1. Praça D. Pedro II – Estudo (Coimbra Bueno Cia. Ltda.)

Fonte: Arquivo do Levantamento Documental Urbanismo no Brasil, Universidade Federal Fluminense (LDUB/UFF), [s.d.].

Observado o levantamento documental, não fica evidente a contratação do Escritório Coimbra Bueno pelo poder público para elaborar o plano petropolitano, diferentemente do que Azevedo (2012) apresenta para outros municípios fluminenses, como Araruama e São João da Barra, com sua estação balneária de Atafona, onde a autora localizou os contratos firmados entre o escritório e o Governo do Estado. Nesse sentido, a própria existência de um plano de urbanização para Petrópolis no período permanece questionável.

O que chama atenção é que, independentemente de um plano ter sido publicado ou não, algumas dessas propostas serviram de diretrizes para o desenvolvimento urbano petropolitano nos anos posteriores, quando parte delas se concretizou. Com base nos documentos estudados, salientam-se as principais ideias e propostas apresentadas pelo Escritório Coimbra Bueno para, em seguida, enfatizar o aspecto turístico a ela agregado.

4. Apresentação e análise das propostas

De antemão, percebem-se profunda semelhança e complementaridade entre o plano que Agache elaborou para a cidade do Rio de Janeiro (Agache, 1927) e as propostas da firma Coimbra Bueno para Petrópolis, mesmo que embrionárias, dispersas e pouco detalhadas se comparadas às 426 páginas publicadas de estudos, diagnósticos, proposições, mapas e modelos do plano carioca. A semelhança primeira que se percebe entre eles diz respeito ao ponto de vista teórico e metodológico. Os dois estudos são marcados pelo aspecto funcional expresso nos discursos e nas ações, em que o plano diretor como método e o zoneamento como instrumento são norteadores em ambas as propostas. O ordenamento proposto para Petrópolis utilizará tanto do zoneamento (*zoning*) como de outros instrumentos legais. Os principais documentos localizados demonstram a intenção de dividir a cidade em zonas especializadas, cada uma com um regulamento próprio, estabelecendo, assim, uma disciplina funcional sobre a ordem urbanística. A fala de Agache ilustra bem essa ideia:

[...] remodelação e transformação dos centros especializados – do comercial, com o seu mercado e suas estações férreas e rodoviárias; dos sociais e recreativos com as suas sedes e clubs, do centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado e, finalmente, dos centros residencial e aristocrático, bem como do quarteirão destinado à localização das indústrias. [...] Para a perfeita execução do plano [...] torna-se de capital importância por em prática em cada um desses centros ou bairros uma disciplina arquitetônica diferente, de modo a corresponder à estética e aos fins de cada um. (A fisionomia [...], 1942, p. 1-2)

Assim como o Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro, as propostas para Petrópolis se resumem em três dimensões básicas, a saber: (i) remodelação, (ii) extensão e (iii) embelezamento, conforme sintetiza Agache:

Essa alteração, para melhor, da fisionomia urbanística de Petrópolis, pode ser dividida em três partes essenciais, cuja execução requer harmonia e disciplina para a maior beleza do conjunto. Resumindo,

essas partes são as seguintes: remodelação do centro comercial, orientação prévia para o seu desenvolvimento futuro horizontal e vertical e, finalmente, embelezamento geral com a criação de novos parques, jardins e avenidas com divisão própria para veículos, cavaleiros e pedestres. (A fisionomia [...], 1942, p. 1-2)

Durante a descrição das propostas para Petrópolis, Agache evidencia sua intenção de fazer de Petrópolis um subúrbio “elegante” da capital federal em moldes próximos aos do que Versalhes representava para Paris. A passagem a seguir é emblemática nesse aspecto:

Petrópolis pela sua situação e pelos seus aspectos característicos, está destinada a representar para o Rio o mesmo papel que Versalhes desempenha para a vida parisiense. Cidade elegante e dispondo de clima e ambiente dos mais convidativos para confirmar sua fama de centro preferido e de fácil acesso dos que fogem do calor e da agitação da metrópole, Petrópolis, analisada dentro do sentido da moderna técnica urbanística, tem “charme” e tem defeitos. Pode ser comparada a uma criança bem bonita, mas impedida de crescer para impedir os efeitos da própria beleza. Para acompanhar o progresso e por-se em nível com as exigências do notável desenvolvimento da capital brasileira, que lhe fica próxima, a linda cidade serrana reclama, agora, alguns retoques na sua fisionomia tradicional e histórica. (A fisionomia [...], 1942, p. 1-2)

Essa passagem também elucida uma característica marcante nos projetos de Agache: a valorização de aspectos históricos. Como mencionado no início do texto, a ideia de contemplar Petrópolis com um plano de urbanização estaria inserida no âmbito das comemorações do centenário do município. No epicentro dos preparativos das festividades, organizadas por um grupo de traços conservadores, estavam a retomada e a valorização das memórias tradicionais locais. Certamente o plano a ser elaborado deveria estar em sintonia com esse aspecto. Tanto Agache em suas entrevistas como os documentos emitidos pelo Escritório Coimbra Bueno evidenciam essa preocupação. Isso é observado, por exemplo, em entrevista concedida no ano de 1941 – ainda no início dos trabalhos –, em que Agache solicita ao poder público municipal “documentos descritivos da fundação de Petrópolis e sua evolução para servirem de base no tocante [às] tradições locais” (Remodelação, 1941, p. 2) ou ao final da citação apresentada no parágrafo anterior, em que o urbanista cautelosamente menciona a necessidade de se realizarem em Petrópolis “alguns retoques na sua fisionomia tradicional e histórica”, subentendendo a preocupação com o ordenamento urbano passado, com seu conjunto arquitetônico e paisagístico ou mesmo com o culto e a valorização das chamadas “tradições” locais, ao mesmo tempo que sugere adaptações aos novos tempos.

A própria sugestão quanto ao zoneamento traz a seguinte frase: “tendo em vista o zoneamento já existente”. (Coimbra Bueno, 1941a) Com isso, as propostas não apresentam uma ruptura brusca na fisionomia urbana petropolitana. O escritório pretendia seguir, e possivelmente atualizar, os instrumentos já em vigor no município, em vez de propor uma ruptura.

Outra característica marcante exposta nos documentos é o contraste das atividades funcionais existentes em Petrópolis, colocando em xeque a dicotomia entre a industrialização e o turismo. Essa característica fica ainda mais clara no primeiro item do “Diagnóstico da cidade de Petrópolis” apresentado na proposta preliminar, em que se definem as “funções principais da cidade”. São elas: “a) Descanso e veraneio (cidade jardim); b) Parque industrial; c) Capital Provisória da República; d) Turismo”. (Coimbra Bueno, 1941a, p. 6)

Em seguida, os urbanistas proclamam o seguinte diagnóstico: “As funções de cidade de descanso e parque industrial são antagônicas. Isso deve ser objeto de cuidadosos estudos (zoneamento, regulamentação, tráfego)”. (*ibid.*)

Vários aspectos podem ser analisados com base na definição dada pelo Escritório Coimbra Bueno. O primeiro é a clara inserção de Petrópolis no cenário regional, com nítida relação de influência e de interdependência com a capital federal. O segundo é que, dentre as quatro funções previamente definidas, três estão interligadas com o aspecto turístico – descanso e veraneio, capital provisória da República e turismo –, enquanto a função de parque industrial se apresenta mais deslocada e até mesmo negativa nesse cenário. O zoneamento aparece, então, como alternativa possível para “disciplinar” esse antagonismo:

São duas funções cuja vizinhança é antagônica e que poderão se tornar incompatíveis e comprometer o futuro da cidade, se não houver um planejamento racional. Só o zoneamento poderá resolver esse grave problema, com o melhor aproveitamento das áreas. Embora já um pouco tarde, é ainda tempo de estabelecer-se uma disciplina entre essas atividades funcionais contrastantes, provendo e prevendo o crescimento de cada uma delas. (Petrópolis e seu [...], 1942b, p. 15)

Apesar da dicotomia e da importância da industrialização para a cidade, os discursos demonstram maior ênfase nos aspectos que dinamizariam a atividade turística, enquanto a industrialização já aparece com um tom de “problema”, mas passível de ser disciplinado, afastado e controlado. Isso será observado no elevado destaque conferido tanto aos melhoramentos e embelezamentos estéticos como aos aspectos ligados à circulação e ao tráfego. É interessante perceber que questões estéticas e de tráfego aparecem lado a lado, em clara referência de complementaridade. Ou seja, funcionalidade e embelezamento aparecem aliados nas propostas.

Entre os seis principais melhoramentos apresentados para a cidade, quase todos estão ligados a essas duas áreas. Conforme Agache:

1º: melhorar e embelezar os trechos de saída e entrada da cidade; 2º: a abertura de uma avenida de contorno, de modo a evitar a travessia pelo centro urbano dos ônibus, caminhões e outros veículos destinados no tráfego rodoviário que passam por Petrópolis; 3º: abertura de várias estradas panorâmicas, ligando entre si os “talwegs” de serventia individual; 4º: retificação e alargamento, quando necessário, do leito dos rios para evitar inundações sempre possíveis; 5º: criar jardins, parques e praças de sports para crianças e adultos e demarcar zonas florestais para a manutenção de bosques e zonas de retiro; 6º: remodelação e transformação dos centros especializados – do comercial, com o seu mercado e suas estações férreas e rodoviárias; dos sociais e recreativos com as suas sedes e clubs, do centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado e, finalmente, dos centros residencial e aristocrático, bem como do quarteirão destinado à localização das indústrias. (A fisionomia [...], 1942, p. 2)

Tais propostas de melhoramentos e embelezamentos estão intimamente ligadas ao interesse de “turistificar” o espaço petropolitano. A primeira proposta, relacionada às entradas e saídas da cidade, revela grande similaridade com a “Porta de Entrada do Brasil”, um dos principais projetos de Agache para o plano do Distrito Federal, e que tinha um objetivo não apenas cívico como também turístico, pois serviria para melhorar a primeira impressão dos visitantes estrangeiros que chegassem tanto à cidade como ao país. A diferença estava em que, na cidade do Rio, se daria por via marítima e em Petrópolis, por via terrestre.

O segundo e o terceiro melhoramentos propostos referem-se às questões viárias. Pretendiam melhorar a circulação, desafogar o fluxo de veículos e, ao mesmo tempo, proporcionar a abertura de novas vias compostas de uma estética paisagística que também teria fins turísticos. Nesse período, os veículos que se deslocavam do município do Rio de Janeiro em direção a Juiz de Fora, em Minas Gerais, tinham obrigatoriamente de passar por dentro de Petrópolis, pois não existia uma ligação direta entre as rodovias Rio-Petrópolis e a União Indústria (Petrópolis-Juiz de Fora), o que gerava elevado fluxo de veículos rodoviários nas vias centrais da cidade. A “avenida de contorno” proposta visava estabelecer ligação direta entre as duas rodovias por fora do perímetro urbano, diminuindo assim o fluxo de veículos no centro petropolitano. Além disso, a progressiva demanda por automóveis que o “rodoviarismo” incentivava, acompanhada do encerramento da concessão dos bondes que tornou exclusivo o modal rodoviário coletivo, exigiria a abertura de

novos espaços dentro das vias de circulação da cidade, o que acabaria por acentuar a necessidade de reestruturação viária. O projeto proposto na Figura 1 sugere o alargamento de algumas vias existentes, a abertura de novos logradouros, a construção de pontes, assim como retificações e canalizações parciais de rios – dialogando com o quarto melhoramento –, além de completa reestruturação viária do cruzamento central. Isso tudo em conjunção com ampla reconfiguração estética e paisagística de praças e jardins e até mesmo com a redefinição arquitetônica das edificações do entorno.

No tocante ao quinto melhoramento, relativo à demarcação de áreas recreativas e à criação de jardins e parques, Agache atribui grande parte desse papel ao novo complexo que estava sendo construído na região do bairro Quitandinha, que ele chamaria de “centro recreativo”. Na mesma entrevista, o urbanista realizaria a seguinte descrição do complexo:

Quitandinha, centro recreativo: Numa das últimas visitas que fiz a Petrópolis tive a oportunidade de percorrer a importante obra que está sendo feita em Quitandinha. O notável centro recreativo que ali está sendo ultimado segundo os projetos do extenso programa de valorização turística elaborado pelo governo do Estado do Rio, representa uma iniciativa de grande vulto e que eu, como especializado em trabalhos desse gênero, considero realmente ousada, considerando os detalhes monumentais do magnífico conjunto. Analisando essa obra dentro dos planos urbanísticos reclamados pela linda cidade petropolitana, não tenho dúvida em considerá-la digna de apreciação como fator de beleza e importância para acentuar adequadamente a futura feição metropolitana de Petrópolis, bem como motivo precioso para que seja localizada em Quitandinha a zona recreativa de preferência, não só dos petropolitanos, como dos milhares de veranistas, procedentes do Brasil e do exterior, que concentrarão, ali, naqueles lindos recantos de serra, tudo quanto precisam para alegria dos olhos, do corpo e do espírito. (A fisionomia [...], 1942, p. 2)

Essa afirmativa demonstra que, naquele instante, essas duas iniciativas, o plano de urbanização para Petrópolis e o plano para o Complexo Quitandinha, aparentavam estreito diálogo. Mas é válido lembrar que, num primeiro momento, a construção e a urbanização desse complexo, bem como e a elaboração do Plano de Urbanização para Petrópolis, se apresentaram como iniciativas independentes; a aproximação se deu ao longo do ano de 1942.

O sexto e último melhoramento sintetiza que a cidade deveria ser ordenada mediante detalhado zoneamento. Como esse aspecto já foi em parte discutido, destaca-se agora o elevado apelo cívico expresso nas reformulações propostas. Além dos alargamentos de avenidas centrais, à época também concebidos para receber

eventos cívicos e desfiles militares, a reformulação da Praça D. Pedro II parece ter sido pensada como um conjunto paisagístico que complementava a transformação então em curso da antiga residência do imperador em Museu Imperial. Apesar de Agache não detalhar onde seria localizado o “centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado” (A fisionomia..., 1941, p. 2), é possível que estivessem localizados nos edifícios projetados no entorno daquela praça. Como a proposição não se concretizou nos anos seguintes, e também por não ter ténue ligação com o aspecto turístico, não será realizada uma análise a esse respeito no próximo item.

5. O que possivelmente “saiu do papel” das propostas elaboradas pelo Escritório Coimbra Bueno

Apesar de não haver comprovação de que o plano de urbanização para Petrópolis elaborado pela Coimbra Bueno foi de fato publicado, é notório que parte das sugestões apresentadas tomou corpo e se concretizou – naquela época, alguns anos depois ou até mesmo passadas muitas décadas.

É válido lembrar também que tais propostas não podem ser interpretadas apenas como ideias plenamente elaboradas pela equipe do escritório, pois um plano de urbanização pode constituir-se em um apanhado geral dos problemas detectados e de soluções construídas em diálogo com sujeitos locais. Ou seja, não se trata necessariamente de um conjunto de proposições originais traçadas por urbanistas. Nesse sentido um plano de urbanização pode absorver projetos e sugestões preexistentes⁷. O próprio Plano Agache para o Rio de Janeiro se concretizou, em parte, como resultado de proposições e ideias difundidos por profissionais locais sobre a urbe carioca; coube a Agache sistematizar e acrescentar novos olhares. (Silva, 2020; Outtes, 1999)

Apresentaremos neste item algumas das ideias que, pelo menos em parte, foram viabilizadas ao longo do tempo. Em seguida, analisaremos em que medida elas foram executadas.

7. Exemplo disso são os inúmeros artigos produzidos por José Marianno Filho na imprensa local e publicados nos anos 1930 (Marianno Filho, 1933), nas quais o autor relatou uma série de problemas urbanos de Petrópolis e para os quais ensaiou um conjunto de propostas. O mesmo pode ser dito sobre os debates promovidos pelo Rotary Club petropolitano no período. É possível perceber que tanto algumas das proposições de Marianno Filho como os debates realizados naquela instituição – Marianno Filho foi conferencista de um deles em 1940 (Marianno Filho, 1940) – se assemelham em parte às propostas do Escritório Coimbra Bueno. Vale destacar que, apesar de ter se formado em Medicina, José Marianno Filho se notabilizou pela atuação nos campos da literatura, da arquitetura, do urbanismo e da arte brasileira. É conhecido como um dos pais do movimento artístico denominado “neocolonial”. Chegou a ser diretor da Escola Nacional de Belas Artes entre os anos de 1926 e 1927, época em que participou da comissão responsável por debater um novo plano para a cidade do Rio de Janeiro, que acabou resultando na contratação de Alfred Agache para elaborar o já mencionado Plano Agache para a então capital federal. MARIANNO FILHO, J. O problema florestal de Petrópolis. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1933. MARIANNO FILHO, J. Problemas urbanísticos de Petrópolis. Brilhante conferência proferida no Rotary de Petrópolis pelo rotariano José Marianno Filho. *Revista Rotary Club Brasileiro* (separata), Rio de Janeiro, jun. 1940.

5.1 Zoneamento como instrumento central de ordenamento territorial do município

As sugestões propostas pelo Escritório Coimbra Bueno mencionam a necessidade de elaborar um detalhado zoneamento, por ser um instrumento central de ordenamento. Apesar de não ficar claro se foi considerada ou não a Lei de Zoneamento criada em março de 1941 (Petrópolis, 1941), é possível perceber um tom crítico dos urbanistas quanto a alguns instrumentos existentes, como nesta passagem de Agache no ano seguinte à publicação da lei: “[...] o regulamento a ser elaborado a respeito não pode ser um só para toda a cidade, mas vários e perfeitamente estudados, segundo as características e a especialização urbana de cada uma das zonas organizadas”. (Agache, 1942)

A crítica estava fundada no caráter mais generalista do zoneamento de 1941, que não previa os chamados “centros especializados” (cívico e recreativo, por exemplo) e que, por isso, poderia ser considerado incompleto por Agache. A despeito disso, é possível observar uma tênue semelhança entre a essência das propostas dos urbanistas e a referida lei. Vale lembrar também que, com o passar dos anos, a Lei de Zoneamento vai sendo completada, detalhada e atualizada com novas normatizações que aos poucos levam em conta as especificidades de cada zona, como na Deliberação nº 2.613, de 27 de outubro de 1967 (Petrópolis, 1967), que, não obstante tenha sido publicada somente vinte e seis anos mais tarde, estabeleceu a delimitação e elementos específicos da Zona Industrial. Por fim, cabe reiterar que a Lei de Zoneamento de 1941 tornou-se o instrumento central de ordenamento territorial da cidade nas décadas posteriores.

Ao instituir regras e restrições diferenciadas para cada uma das zonas, esse instrumento estabeleceu um viés segregador e desigual de evolução e desenvolvimento da cidade. Em linhas gerais, o Zoneamento de 1941 serviu para preservar, por intermédio de um instrumento jurídico legal, uma ordem urbanística historicamente construída que afastava os chamados “indesejáveis” – operários, indústrias, moradias e comércios populares – e aproximava os novos elementos de modernidade – o rodoviarismo e o turismo.

Ribeiro (2014, p. 85), em um estudo em que descreve o problema habitacional dos operários industriais petropolitanos desse período, afirma que as poucas ações que se concretizaram para amenizar a questão foram motivadas pela declarada intenção de “localizar os obreiros” próximos aos locais de trabalho. Ou seja, nas regiões periféricas onde estavam as principais indústrias têxteis da cidade.

Esse zoneamento é de profunda relevância, pois as normatizações das décadas posteriores o utilizaram como referência. Por essa razão, pode-se afirmar que ele serviu de instrumento central de ordenamento territorial do município durante alguns anos.

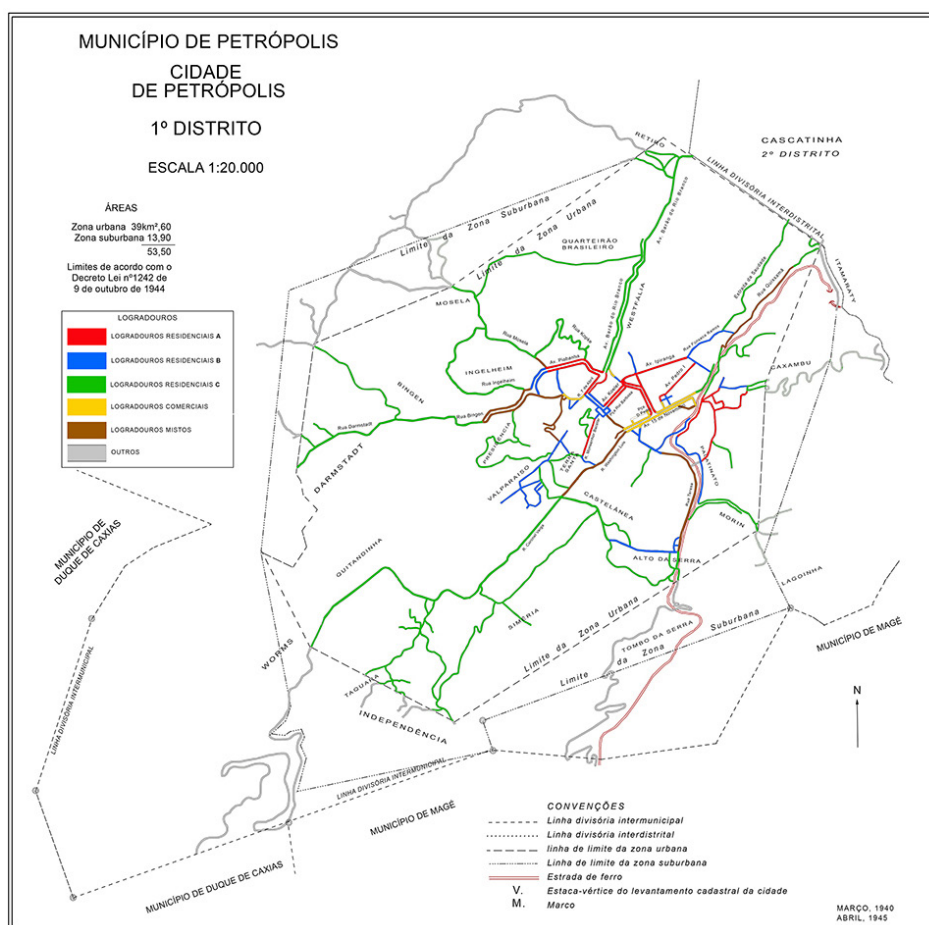


Figura 2. Decreto-lei de Zoneamento (1941) sobreposto ao mapa de Petrópolis (1945)

Fonte: Adaptado do mapa PETRÓPOLIS-CIDADE. Planta da cidade de Petrópolis (Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1945).

5.2 Melhoramentos da área central – embelezamento geral, reestruturação viária e intervenções urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas

É notório que os desenhos sugeridos pelo Escritório Coimbra Bueno não foram implementados à risca. Mas é válido perceber que, com o passar dos anos, algumas das proposições centrais parecem ter tomado forma, como a abertura de novos logradouros na região da Praça D. Pedro II. A própria rua do Centenário – atual Dezesesseis de Março – foi aberta em 1943. Ela estava presente no desenho e certamente já estava em implementação quando os projetos foram publicados.

Cabe ressaltar que essa região passou por inúmeras reestruturações viárias e estéticas desde o período estudado até a atualidade, uma inclusive mais recente, durante uma das administrações do prefeito Rubens Bomtempo, entre os anos de 2005 e 2008. Uma importante intervenção ocorreu na segunda metade da década de 1950, na administração do então prefeito Flávio Castrioto, como se verifica a seguir.

Urbanização do Centro Comercial – As imposições do progresso estavam exigindo, todavia, uma urbanização do centro comercial, que se mostrava insuficiente para dar vazão ao movimento atual, principalmente no verão, quando milhares de automóveis, notadamente do Rio, circulam nas alamedas petropolitanas.

O Prefeito Flávio Castrioto iniciou, assim, em princípio deste ano a reforma das ruas do centro comercial. [...] A rua Nilo Peçanha foi prolongada até a rua 7 de setembro e, dentro em breve, irá se comunicar com a rua 16 de Março, através de ponte a ser construída.

As obras da Av. 15 de Novembro – a via principal – [...] As pistas de trânsito foram alargadas de dois metros e meio em cada lado do rio que corta a Avenida, obtendo-se um alargamento total de cinco metros. As pontes correspondentes às ruas João Pessoa, General Osório e Marechal Deodoro foram triplicadas na sua largura e, na parte correspondente a Praça D. Pedro – coração da cidade – os rios Palatinato e Quitandinha foram capeados numa extensão superior a 150 metros, formando uma nova praça ao centro da qual foi erigido o Obelisco da Colonização [...]. (Urbanização, 1957)

Na proposta dos Coimbra Bueno, a junção entre os rios Palatinato e Piabanha – chamada antigamente de “Bacia” – seria parcialmente capeada, onde ficaria mantido um vão circular, servindo também de rotatória central no entroncamento das avenidas. Em 1957, essa “bacia” foi totalmente capeada, formando o largo que recebeu a construção do Obelisco. Apesar dessa alteração no projeto, nota-se que parte das proposições viárias foi implementada, a exemplo do prolongamento da rua Nilo Peçanha, ligando-a à rua Dezesesseis de Março, do alargamento da avenida principal e das pontes e do extenso capeamento do encontro dos rios, que, além de formar uma nova praça, auxiliaria no alargamento das pontes e vias do entorno. Quanto aos ajardinamentos, a Prefeitura providenciou a substituição de parte das árvores por arbustos de menor proporção, assemelhando-se às propostas feitas pelo Escritório Coimbra Bueno. Ou seja, muitas das sugestões esboçadas por eles foram viabilizadas na administração Castrioto, na segunda metade da década de 1950. A Figura 3 retrata parte dessas intervenções.

Outro logradouro aberto que chama atenção é a rua Irmãos D’Angelo, cujo conjunto de edifícios, embora concretizado apenas no início da década de 1960, forma amplas galerias cobertas, a partir de um sistema de pilotis de sustentação dos edifícios, com lojas comerciais nos andares inferiores e apartamentos residenciais (ou escritórios) nos andares superiores, conforme se vê na Figura 4. Tal característica é percebida em ambos os lados da rua. Vale lembrar que o logradouro fica no coração da cidade, a poucos metros da Praça D. Pedro II. Apesar de o traçado da rua não aparecer nos “croquis” do Escritório Coimbra Bueno, é perceptível que as

edificações nela construídas assumiram características nitidamente expressas nos desenhos e também nas proposições de Agache para outras cidades, como no plano destinado à cidade do Rio de Janeiro (Agache, 1927).



Figura 3. Intervenções urbanas na avenida Quinze de Novembro – substituição das árvores e construção do Obelisco (ao fundo), possivelmente ano de 1957

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Imperial ([s.d.].



Figura 4. Rua Irmãos D'Ângelo e Edifício Arcádia (ao fundo)

Fonte: Disponível em <https://www.flickr.com/photos/jorgebrazil/5436082996/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

No centro da fotografia (Figura 4), pode ser observado o Edifício Arcádia, na esquina da Praça D. Pedro II com a rua Dezesseis de Março. Essa construção, datada do fim da década de 1940, apresenta elevada semelhança arquitetônica com o esboço que aparece no desenho “Praça D. Pedro II – Estudo” (Figura 1), de autoria do Escritório Coimbra Bueno. O estilo se assemelha ao art déco proposto por Agache para parte do centro da cidade do Rio de Janeiro. A diferença está na altura, pois no esboço a edificação tem menos pavimentos.

Vários outros edifícios construídos na região central de Petrópolis entre a segunda metade da década de 1940 e o início da década de 1960 acompanharam características estéticas e funcionais muito semelhantes às das propostas preparadas pelo Escritório Coimbra Bueno, apesar de não seguirem os locais exatos dos croquis. É possível, inclusive, que tais edificações tenham sido implementadas em outros espaços justamente porque os croquis sugeriam a derrubada de antigos conjuntos arquitetônicos, alguns deles remanescentes do século XIX. A sugestão de substituição das edificações não deve ter sido bem recebida – principalmente pelos “preservacionistas” –, e tais melhorias teriam sido implementadas então em outras áreas, como é o caso da nova Rua Irmãos D’Angelo.

5.3 Abertura da avenida de contorno e de estradas panorâmicas

Essa obra viária saiu do papel e foi oficialmente inaugurada em 1960. Denominada “Estrada do Contorno”, contava com 41 quilômetros de extensão e ligava o distrito de Xerém (no município de Duque de Caxias) até a localidade de Bonsucesso (no distrito petropolitano de Itaipava), contornando, assim, o perímetro urbano de Petrópolis. Com isso, não seria mais necessário passar pelo centro da cidade para fazer a ligação rodoviária entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora. A iniciativa ficou a cargo do governo federal, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Além do relevante papel viário, a Estrada do Contorno foi idealizada para servir de via panorâmica vislumbrando fins turísticos. Ali foram projetados dois belvederes (mirantes) com restaurantes e bombas de combustíveis (Gomes, 2011), atendendo pelo menos em parte a intenção de abrir “várias estradas panorâmicas”. (A fisionomia..., 1942, p. 2)

5.4 Melhoria e embelezamento dos trechos de saída e entrada da cidade

A referida melhoria resultou da construção dos pórticos (ou portais) nas diferentes entradas da cidade, implementados somente a partir de 1999, na administração do prefeito Leandro Sampaio (1997-2000). O primeiro deles, construído na entrada no Quitandinha (Figura 5), foi inaugurado em novembro daquele ano.



Figura 5. Pórtico de entrada do Quitandinha à véspera de ser inaugurado

Fonte: *Tribuna de Petrópolis* (1999, p. 8).

Segundo o jornal *Tribuna de Petrópolis*:

Construído em estilo neoclássico, seguindo as linhas do Museu Imperial, na entrada da avenida Ayrton Senna, no Quitandinha, ele terá um Centro de Informação Turística, um posto da Polícia Militar, espaço para lojas de souvenirs e um Banco 24 horas. (Leandro..., 1999, p. 8)

Durante a gestão do mesmo prefeito, as entradas do bairro Bingen – viabilizadas a partir da Estrada do Contorno – e do distrito de Itaipava foram contempladas com postos policiais e Centros de Informações Turísticas, com a promessa de receberem futuramente os respectivos pórticos. Isso aconteceu somente em 2008. Ou seja, as melhorias relativas às entradas e às saídas da cidade só foram implementadas mais de meio século mais tarde.

5.5 Criação de jardins, parques, praças e delimitação de zonas florestais

Várias praças e jardins da cidade receberam melhorias. O próprio jardim do Palácio Imperial passou por melhoramentos e tornou-se área pública com a transformação da propriedade em museu, aberto em 1943. O novo bairro Quitandinha também foi projetado com ampla arborização, que previa um conjunto de praças e jardins, além do próprio parque projetado no entorno do lago localizado em frente ao Hotel-Cassino. Esse parque é utilizado até hoje como área de recreação para os moradores e visitantes da cidade.

Quanto à preservação e à demarcação de zonas florestais, Petrópolis já havia sido contemplada com duas iniciativas importantes: a Postura nº 8, de 26 de abril de 1938 (Petrópolis, 1938), que regulava a conservação, o corte e o replantio de arvoredos e matas do município, e a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ainda no ano de 1939, pelo Decreto-lei nº 1.822 (Brasil, 1939). Essa postura estabelece tanto um conjunto de normatizações em defesa da preservação de áreas naturais públicas quanto de restrições ao desmatamento em terras privadas. A legislação foi apresentada pela imprensa da época como a primeira legislação municipal promulgada no Brasil em defesa das árvores, e isso demonstra que o viés preservacionista presente na gestão Cardoso de Miranda se estendeu para questões ambientais mais abrangentes, não se restringindo aos chamados bens culturais. É importante observar que a legislação também antecipou algumas pautas importantes, como a valorização de aspectos sanitários, paisagísticos e de embelezamentos, comumente apropriados pelo setor de turismo.

Localizamos na legislação municipal a Deliberação nº 584, de 1º de agosto de 1955 (Petrópolis, 1955), que traz a seguinte redação: “Art. 1º Fica criado no 1º Distrito de Petrópolis, no Bairro do Caxambú, o Parque da Cidade, com a finalidade de incentivar o turismo em nossa Cidade”. Outras áreas de preservação foram delimitadas com o passar dos anos.

6. Considerações finais

Independentemente de ter existido ou não um “Plano Agache” ou um “Plano Coimbra Bueno” para Petrópolis, é notório que um conjunto de ideias debatidas para a sua elaboração por meio de projetos, croquis e de conferências tomou corpo e, pelo menos em parte, foi implementado no decorrer dos anos. Essas ideias podem ser assim sintetizadas: (i) o zoneamento como instrumento central de ordenamento territorial do município; (ii) os melhoramentos, os embelezamentos e a reestruturação viária da região central da cidade; (iii) a abertura da avenida de contorno; (iv) a melhoria e o embelezamento dos trechos de entrada e saída da cidade; (v) a criação e a requalificação de jardins, parques, praças e a delimitação de áreas de preservação ambiental.

Esse conjunto de propostas e concepções alinhadas com outras ações empreendidas no período, como a construção do Complexo Quitandinha e a inauguração do Museu Imperial, ressaltou a atividade turística da cidade, que se tornou vigorosa ao longo dos anos, rivalizando cada vez mais em poder, tamanho e importância com as tradicionais atividades industriais.

Tanto o zoneamento de 1941 como outras normativas e proposições estudadas tinham a clara intenção de (r)estabelecer ou reforçar uma ordem urbanística

que separava a “Cidade Imperial”, aristocrática, tradicional, turística e central, da “Cidade Operária” das indústrias, dos trabalhadores proletários e periférica.

Corroborando o raciocínio de Cruz (2006, p. 339) de que “a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica”, conclui-se que a atratividade turística de Petrópolis pôde se consolidar a partir do Estado Novo favorecida pela conjuntura econômica e política vigente.

A segregação socioespacial presente em Petrópolis desde sua fundação, e que se acirra ao longo do tempo, não se efetivou apenas por um “conjunto de ocupações” ou em decorrência de um “crescimento desordenado”, como costumam atribuir o senso comum, a imprensa e memorialistas locais. Ao contrário, essa segregação é efeito de uma sucessão de ordenamentos articulados por grupos sociais dominantes de cada época que projetaram o território urbano mediante instrumentos jurídicos e urbanísticos adequados ao seu proveito – tanto econômico como simbólico.

Acreditando, como Rolnik (1997, p. 14), que a ordem urbanística, “ao contrário do senso comum, não se trata de ‘desordem’ ou ‘falta de plano’, mas sim da formulação de um pacto territorial que preside o desenvolvimento da cidade”, este trabalho pretendeu descortinar como se deu esse “pacto territorial” em Petrópolis em determinado momento histórico, pois “entender como esse pacto foi construído e qual é a sua base jurídico-urbanística pretende ser uma modesta contribuição em direção da sua transformação”.

Referências

- A FISIONOMIA urbanística de Petrópolis: o plano que o professor Agache elaborou para a “Cidade das Hortências” – os diferentes bairros – Novas avenidas, parques e jardins – Tornando o belo mais bonito ainda. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 4 mar. 1942.
- AGACHE, A. D. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1927.
- _____. Conferência, 1942, Petrópolis. *Petrópolis: Cidade de Verão*. Petrópolis: Prefeitura Municipal, 28 fev. 1942.
- AZEVEDO, M. N. S. O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: REZENDE V. F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: A transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Ed. da UFF, 2012. p. 177-196.
- AZEVEDO, M. N. S.; COSTA, M. S. O urbanismo do início do século XX: A Escola Francesa de Urbanismo e suas repercussões no Brasil: Trajetórias de Alfred Agache e Attilio Correa Lima. *Urbana – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, Campinas, v. 5, n. 7, p. 64-97, 2013.
- BRASIL. Decreto-lei n. 1.822 – de 30 de novembro de 1939. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1939.

- CARMO, J. C. B. Alfred Agache e seu plano para Curitiba: técnica, institucionalização e o início do discurso da cidade planejada urbana. *Dossiê: Os eruditos e a cidade*, Campinas, Ciec/Unicamp, v. 4, n. 4, p. 29-51, mar. 2012.
- COIMBRA BUENO LTDA. *Carta endereçada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda*. Requerimento nº 9087-41. Petrópolis: Prefeitura Municipal, 12 set. 1941a.
- _____. Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda. Requerimento nº 1904/41. Petrópolis: Prefeitura Municipal, 20 fev. 1941b.
- _____. Minuta de contrato a ser firmado entre a firma Coimbra Bueno Cia. Ltda., a Prefeitura Municipal de Petrópolis e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis. Requerimento nº 391/42. Petrópolis: Prefeitura Municipal, 13 jan. 1942.
- CONJUGA-SE admiravelmente! A valiosa opinião do Prof. Alfredo Agache sobre o novo Hotel em construção em Petrópolis. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 4 mar. 1942.
- CORDEIRO, C. N. H. A Reforma Lucio Costa e o Ensino da Arquitetura e do Urbanismo da ENBA à FNA (1931-1946). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. Anais Eletrônicos. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.
- CRUZ, R. de C. A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Anais. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 337-350.
- GOMES, M. da S. *Estrada do Contorno – Belvedere – Pavelka*. Petrópolis: IHP, 2011. Disponível em: http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/msg20110808a.htm. Acesso em: 17 jan. 2016.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.
- LEANDRO inaugura o Pórtico do Quitandinha. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, p. 8, 30 nov. 1999.
- MOLINA, A. H. “Temos um passeio público, digno desta adiantada capital”: espaços de sociabilidades em registros fotográficos do acervo do museu paranaense. Curitiba. 1913-1930. *História*, São Paulo, v. 39, 2020.
- OUTTES, J. As ideias e atividades de Armando de Godoy. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 263-283, 1999.
- PETRÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Petrópolis. Postura n. 8 de 26 de abril de 1938. Dispõe sobre a conservação, o corte e o replantio de arvoredos e matas do município. Petrópolis, 1938.
- _____. Portaria n. 150 de 4 de dezembro de 1941. Dispõe que os processos relativos à construção de edificações de maior porte sejam encaminhados ao exame dos organizadores do plano de urbanização. Petrópolis: [s.n.], 1941.
- _____. Decreto-lei n. 48, de 26 de março de 1941. Dispondo sobre o zoneamento e loteamento urbano e dando outras providências. Petrópolis: [s.n.], 1941.

- PETRÓPOLIS. Deliberação n. 2.613, de 27 de outubro de 1967. Delimitando a Zona Industrial do Município e alterando o Código de Obras. Petrópolis: [s.n.], 1967.
- _____. Deliberação nº 584, de 1º de agosto de 1955. Dispõe sobre a criação do Parque da Cidade. Petrópolis: [s.n.], 1955.
- _____. Mapa Petrópolis-Cidade. Planta da cidade de Petrópolis. 1º Distrito. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis, Diretoria de Engenharia, 1945. 1:20.000, 66 × 65 cm. (Arquivo Histórico do Museu Imperial).
- PETRÓPOLIS e o Plano Agache. *Revista Pequena Ilustração*, Petrópolis, ano XI, n. 547, p. 5, 8 mar. 1942a.
- PETRÓPOLIS e seu grandioso Plano de Urbanização, Extensão e Embelezamento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1942b.
- REGO, L. R.; RIBEIRO, T. S.; TAUB, J. Ideias clássicas, aspirações modernas: o academicismo e o traçado das cidades novas do norte do Paraná. *Revista de Morfologia Urbana*. Rede Lusófona de Morfologia Urbana, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 19-29, 2015.
- REMODELAÇÃO imediata de Petrópolis. *O Globo*, matutino, geral, Rio de Janeiro, p. 2, 22 jan. 1941.
- RIBEIRO, N. *Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na Indústria Têxtil (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Luminária Acadêmica: Multifoco, 2014.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SILVA, J. C. S. Educar a cidade, governar a sua gente: investimentos para organizar o Rio de Janeiro nos anos 1920. *Revista de Educação Pública*, v. 29, p. 1-24, jan./dez. 2020.
- URBANIZAÇÃO de Petrópolis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 24 jan. 1941.
- URBANIZAÇÃO de Petrópolis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 21 jan. 1941.
- URBANIZAÇÃO e Embelezamento. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1957.

André Barcelos Damasceno Daibert

Professor associado do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. É bacharel em Turismo pela mesma instituição e doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Email: abddaibert@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-1935-295X

Informações sobre o uso de Inteligência Artificial

- a) Busca, sistematização e organização final de referências: Não.
- b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
- c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: Não.

Dados Abertos

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Submissão: 5 de julho de 2024.

Aprovação: 6 de fevereiro de 2025.

Editores da RBEUR: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Como citar: DAIBERT, A. B. D. "Petrópolis vai 'agachar-se'": a passagem de Alfred Agache por Petrópolis (RJ) durante o Estado Novo no Brasil (1937-1945). *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 28, E202606pt, 2026. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202606pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR